



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Esta Lei cria a Bolsa Calamidade a ser paga aos trabalhadores e microempreendedores individuais (MEIs) quando decretada Calamidade Pública pelo Governo Federal nas situações que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Esta Lei institui a Bolsa Calamidade, que tem por finalidade prover assistência financeira temporária a trabalhadores e a microempreendedores individuais durante vigência de Estado de Calamidade Pública nacional aprovado pelo Congresso Nacional.

**Art. 2º.** Nos períodos de vigência de Estado de Calamidade Pública nacional aprovado pelo Congresso Nacional, a Bolsa Calamidade será concedida:

- I- ao trabalhador registrado em qualquer meio oficial de aferição de emprego e que receba o equivalente a até 3 (três) salários mínimos mensais na data de entrada em vigor do estado de Calamidade Pública e que sofrer a suspensão do pagamento em sua totalidade; e
- II- ao Microempreendedor Individual que perder totalmente sua renda.



SF/20256.78781-08



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

§ 1º No caso previsto no caput do artigo, o benefício mensal será limitado a 1 (um) salário mínimo vigente na data de decretação do Estado de Calamidade Pública.

§ 2º O benefício de que trata o Bolsa Calamidade terá o seu pagamento condicionado à vigência do Estado de Calamidade Pública; limitado a quatro parcelas, cada uma de 1 (um) salário mínimo, que serão pagas enquanto houver a comprovada suspensão dos salários, no caso dos empregados, ou perda da receita, no caso dos microempreendedores individuais.

§ 3º Sobre as parcelas previstas neste artigo não haverá incidência de contribuição previdenciária.

§ 4º A cada renovação do período do Estado de Calamidade Pública, o trabalhador e o microempreendedor individual farão jus ao benefício previsto no caput do artigo, se mantidas a suspensão do salário ou a perda da receita bruta.

**Art. 3º.** Nos períodos de vigência de Estado de Calamidade Pública nacional aprovado pelo Congresso Nacional, os Microempreendedores Individuais ficarão isentos de impostos e contribuições federais.

**Art. 4º.** Todos os beneficiários do Bolsa Calamidade ficarão isentos do pagamento de contas referentes ao consumo dos seguintes itens enquanto durar o Estado de Calamidade Pública aprovado pelo Congresso Nacional:

- I – Energia Elétrica;
- II – Água e Esgoto; e
- III – Telecomunicações.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes do Bolsa Calamidade correrão por conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador com aportes do Tesouro Nacional.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/20256.78781-08



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da COVID-19 está alterando o ritmo da economia mundial e brasileira. O cenário trazido pela doença é de decretação de Calamidade Pública em todo o território brasileiro, confinamento das pessoas em casa e fechamento de um grande número de locais de comércio e serviço.

Como impacto, estimamos que 30 milhões de trabalhadores e quase a totalidade dos 9,6 milhões de microempreendedores individuais poderão ter seus rendimentos reduzidos justamente em um momento de crise e de maior necessidade.

O projeto ora proposto tem o objetivo de criar uma rede de proteção social para essa parcela da população, quase 40 milhões de pessoas. A medida ajuda particularmente trabalhadores do setor aéreo, do setor de turismo e de bares e restaurantes.

Segundo dados do IBGE, em 2019, a renda média dos brasileiros ficou abaixo de R\$ 2,4 mil por mês. O número é inferior a três salários mínimos e, por isso, entendemos que tal limitador atenderá à parcela mais necessitada da população sem comprometer o erário em época de calamidade.

O Bolsa Calamidade, prevê, além de um auxílio financeiro, a suspensão do pagamento de impostos e contribuições federais por parte dos microempreendedores individuais e de tarifas de serviços básicos por parte de todos os seus beneficiários. O auxílio servirá como um alento importante neste momento. O Brasil não se preparou para isso, nossa histórica falta de planejamento nos trouxe a um delicado ponto em que precisamos agir em nome da saúde pública, mas não temos ferramentas de proteção suficiente para aqueles menos favorecidos.

É hora de o Estado, com seus diversos mecanismos, exercer seu papel e manter o mínimo de renda para a população, evitando um colapso econômico e favorecendo a retomada da movimentação econômica.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres senadores para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, 25 de março de 2020.

**Senador ANGELO CORONEL**  
**(PSD – Bahia)**



SF/20256.78781-08